

STF derruba regra sobre vagas remanescentes no Legislativo

Novo entendimento vale só para pleitos futuros e não afeta quem já foi eleito

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta (28), por maioria, derrubar uma regra sobre as chamadas sobras eleitorais. Também por maioria, os ministros definiram que o novo entendimento só se aplica para pleitos futuros, o que afasta a possibilidade de mudança na composição da Câmara dos Deputados. As sobras eleitorais são as vagas no Legislativo que restam após a divisão dos assentos pelo quociente eleitoral, que por sua vez é a partilha dos votos válidos em um estado pelo número de vagas.

Em 2021, foi definido que podem disputar as sobras eleitorais os partidos que tiverem pelo menos 8% do quociente eleitoral e candidatos que tenham votos de no mínimo 20% desse índice. Mesmo as vagas distribuídas numa terceira fase de partilha das sobras deveriam ser completadas por partidos que atingiram 8% do quociente eleitoral, na chamada "sobra das sobras".

Os ministros votaram por derrubar essa norma da "sobra das sobras" (já aposentada). Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques, Flávio Dino, Dias Toffi e Cármen Lúcia.

Foi o primeiro voto de Dino no plenário físico da corte. Ele disse que, embora haja "degraus a serem trilhados" para que se chegue a uma redução do número de partidos no Brasil, nesse caso houve um excesso na norma.

Edson Fachin, André Mendonça, Luiz Fux e Luis Roberto Barroso entenderam que a regra deveria ser mantida. Barroso, presidente da corte, disse que a regra protege pequenos partidos, assim como outras medidas, a exemplo da coligação partidária em eleição proporcional e a cláusula de barreira.

Mas destacou que "o legislador brasileiro quis facilitar mesmo a formação e a sobrevivência de partidos pequenos, de modo que é possível não gostar da norma". No mesmo julgamento, os ministros discutiram o novo entendimento se aplicaria para as eleições de 2022, o que poderia implicar em mudanças nos assentos da Câmara, ou para pleitos futuros. Prevaleceu a tese de que a medida não deve retroagir.

Votaram nesse sentido Fux, Fachin, Mendonça, Leandowski, Cármen e Barroso. Gilmar, Moraes, Toffi, Dino e Kassio foram vencidos na defesa de que o entendimento deveria alcançar já o pleito de 2022.

As ações que questionam a distribuição das sobras foram apresentadas ao STF por Rede, PSB e PP.

Caso prevalecesse a decisão de aplicar a derrubada da regra nas eleições de 2022, 7 deputados federais de 3 estados e do DF poderiam ter seus eleições anuladas.

Como é a distribuição das vagas eleitorais

É feita entre partidos que tenham votação igual ou superior ao quociente eleitoral e com candidatos com votação igual ou superior a 10% do quociente eleitoral

Quociente Eleitoral (QE)

Como é calculado

Município A ou Estado B 10 vagas na Câmara ou na Assembleia 450.000 votos válidos (excluindo brancos e nulos)

Número de votos válidos apurados no município ou no estado = 450.000
Quantidade de vagas disponíveis = 30
QE = 15 mil

Quociente partidário

Como é calculado

Nº de votos válidos para um partido ou federação = 90 mil
Quociente eleitoral (QE) = 15 mil
QP = 6

Partido X = 90 mil / 15 mil = 6 vagas

Partido Y = 95 mil / 15 mil = 6,33. Decimação = 6 vagas

As sobras eleitorais

São vagas remanescentes que podem ocorrer pela existência de fração nos cálculos de assentos por partido ou se a legenda não conseguir ocupar todas as cadeiras obtidas pelo quociente partidário

Nº de votos válidos atribuídos ao partido ou federação = 90 mil
Respectivo quociente partidário + 1 = 7
Média do partido = 12.857,14

Partido X = 90 mil votos / 6 vagas + 1 = 12.857,14

Partido Y = 95 mil votos / 6 vagas + 1 = 13.571,42

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Partido Y leva a 3ª vaga que sobrou

Segundo a Abredep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), os afetados seriam Silvia Waldir (PT-AP), Sonize Barbosa (PL-AP), Goreth (PDT-AP), Augusto Puppi (MDB-AP), Lizano Rotebello (PP-TO), Giban Máximo (Republicanos-DF) e Lebrão (União-RG).

Brum, André, coordenador-geral adjunto da entidade, compara a distribuição das vagas a "uma festa em que temos 100 lugares, mas nossa lista de convidados é de 125". Primeiro chamamos os 100 que gostamos mais. Se faltar alguém e sobrar vaga, temos uma lista de espera que é organizada por grau de proximidade. Quanto mais próximo, mais na frente da fila. Essa escala de "proximidade" são as regras das sobras", afirma.

Os partidos que ingressaram no Supremo para questionar a divisão das sobras argumentavam que princípios constitucionais foram feridos com a alteração de 2021. Diziam, por exemplo, que a medida fere os princípios do pluralismo político e do Estado democrático de Direito, a igualdade de chances, a soberania popular e o sistema proporcional.

Em sua ação, o PP afirma que a regra dos 8% e 20% criava uma "sobrerrepresentação" de partidos que já gozavam de uma maior representatividade e que se estruturaram em torno de candidatos com maior projeção pessoal.

Isso, disse a sigla, aconteceu "em detrimento de agremiações que possuem uma maior dispersão de votos". O julgamento aconteceu na mesma semana em que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) analisou um pedido de recursos para as eleições municipais deste ano.

Natércia (27), o tribuna julgou o uso da inteligência artificial nos contextos eleitorais uma vedação absoluta de uso de deepfake na propaganda eleitoral, já para as eleições de 2022.

Também ficou restrito o uso de chatbots e avatares para intermediar a comunicação da campanha, que não poderá simular interlocução com candidato ou outra pessoa real. O TSE decidiu, ainda, que candidatos indígenas devem ter cotas na distribuição do fundo eleitoral e no tempo de propaganda eleitoral gratuita na TV e rádio.

Também devem seguir a exata proporção e respeitar os percentuais de gênero nos mesmos moldes estabelecidos às pessoas negras. Também foram especificadas as medidas para o controle da desinformação contra a integridade do processo eleitoral. Há, por exemplo, previsão da responsabilidade dos provedores que não promoverem a indisponibilização imediata de conteúdos e contas, durante o período eleitoral, em casos de risco.

O tribunal pretende aprovar resolução que trata do tema das sobras eleitorais a partir do votado pelo STF.

Darci disse apenas "se nós [o partido] temos uma preleção, não preciso eu falar".

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.



Manifestantes do MST viram as costas ao deputado Ricardo Salles (PL-SP) no plenário da Câmara

Câmara faz sessão solene de homenagem ao MST sob críticas de bolsonaristas

Vitoria Azevedo

BRASÍLIA Uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 42 anos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nesta quarta-feira (28) teve críticas de opositores e queixas de desrespeito feitas por aliados do grupo.

O deputado Ricardo Salles (PL-SP), ex-ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro, discursou na sessão solene, fez críticas ao movimento e evocou valores dos presentes.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

Salles foi relator da CPI do MST na Casa no ano passado. O colegiado, marcado por embates constantes entre deputados governistas e parlamentares da oposição, atuou por 130 dias, mas não teve o relatório final votado pelos parlamentares.

CIDADE DE SÃO PAULO

EstúdioFOLHA

Prefeitura de SP inaugura creche no Grajaú para crianças de até 5 anos

Aponte a câmera do seu celular ou tablet e saiba mais

Assassino de Chico Mendes deixa cargo em diretório do PL

SÃO PAULO 100. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, confirmou nesta quarta (28) que o homem condenado pela morte do ambientalista Chico Mendes foi destituído de um cargo de liderança da sigla no Pará.

Darci Alves Pereira tinha assumido a presidência do PL em Medelinópolis, município de 27 mil habitantes a 920 km

de Belém. Ele deixou o posto na manhã desta quarta. Valdemar também afirmou que o pedido de destituição foi encaminhado ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Pará.

Em nota, o presidente do PL afirmou que não sabia que Darci era o assassino confessado do ambientalista.

"Agradeço à imprensa por trazer ao nosso conhecimento esse importante fato", declarou ele.

Valdemar disse que recomendou ao presidente da sigla no Pará, deputado federal Eder Mauro, a destituição de Darci. O assassino de Chico Mendes é conhecido atualmente como "Pastor Darci" e é diz ser pré-candidato a vereador em Medelinópolis.

Questionado pelo UOL,

Darci disse apenas "se nós [o partido] temos uma preleção, não preciso eu falar".

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.

Chico Mendes foi morto em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri (AC). Ele levou um tiro de espingarda no peito quando saiu para lutar contra a destruição da floresta.